

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.801 - TO (2016/0095785-4)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**RECORRIDO : JOSE EDIMAR BRITO MIRANDA**  
**ADVOGADOS : SOLANO DONATO CARNOT DAMACENA**  
**VICTOR PEIXOTO DO NASCIMENTO E OUTRO(S)**

## **DECISÃO**

O eminente representante do Ministério Público Federal, ao se manifestar nos autos, delimitou a controvérsia nos seguintes termos (fls. 206-211):

*"Trata-se de Recurso Especial interposto pelo Ministério Público do Estado do Tocantins, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, objetivando a reforma do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça no julgamento do Habeas Corpus nº 0011276-79.2015.827.00000, assim ementado:*

***"HABEAS CORPUS. INOBSERVÂNCIA DO RITO PREVISTO NO ART. 514 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO.***

*1. A inobservância do rito previsto no artigo 514, reservado aos delitos de responsabilidade praticados por funcionários públicos, somente acarreta a nulidade dos atos quando demonstrada a existência de prejuízo à defesa.*

***DENÚNCIA GENÉRICA. NARRATIVA DOS FATOS SEM INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS PRATICADAS POR CADA UM DOS ENVOLVIDOS. INÉPCIA NA INICIAL. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL.***

*2. Em cumprimento ao disposto no artigo 41 do Código de Processo Penal, associado aos princípios da ampla defesa e do contraditório, a denúncia deve conter a individualização da conduta de cada um dos envolvidos e demonstrar o nexo causal entre aquela e o resultado do delito, sob pena de inépcia da inicial." (fls. 120)*

*O Recorrente alega, em resumo, que a decisão em tela nega vigência aos arts. 41 e 395, I, do Código de Processo Penal, bem como ao art. 312 do Código Penal.*

*Sustenta que a denúncia oferecida satisfaz as exigências da legislação de regência, e que, contrariamente ao que se decidiu, há elementos indiciários conducentes à tipicidade material imputada (peculato-desvio).*

*Requer, com base nesses argumentos, o restabelecimento da Ação Penal originária (AP nº 5000564.22.2013.827.2713).*

*Contrarrazões recursais insertas às fls. 169/177."*

Ao final, o ilustre representante do Ministério Público Federal opinou

# *Superior Tribunal de Justiça*

pelo **provimento** do recurso especial.

É o relatório.

**Decido.**

Ao examinar a validade da r. denúncia oferecida pelo Ministério Público, o v. acórdão questionado destacou que:

*"[...] em detida análise da peça inaugural da ação penal, verifico que há irregularidade insanável e que deságua na impossibilidade de prosseguimento da ação penal, caracterizada pela inépcia da denúncia provocada pela inexistência de individualização da conduta imputada ao acusado.*

*Com efeito, de acordo com entendimento exarado pelo Supremo Tribunal Federal, a denúncia, obrigatoriamente, deve indicar a conduta individualizada dos acusados. Desvestida desse requisito ela viola, a um só tempo, os princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e da dignidade da pessoa humana, de modo que a ausência desse pressuposto fundamental conduz à inépcia da peça processual.*

*[...]*

*No caso dos autos, em que pese a gravidade dos fatos apontados pelo Ministério Público, que indicam a possibilidade de desvio de verbas destinadas à conclusão de obras públicas, a peça inicial apresentada pelo parquet não apontou qual a conduta praticada por cada um dos envolvidos, limitando-se a narrar os fatos e afirmar que todos, "... em concurso de agentes, caracterizado pela unidade de desígnios e divisão de tarefas, visando objetivo comum, desviaram, em proveito próprio ou alheio, dinheiro público...".*

*Pela análise da denúncia é possível extrair a narrativa dos fatos, contextualizada pelas tabelas em que constam a data e o valor de pagamento de cada parcela, o período de avaliação e os responsáveis pela medição e aprovação da medição, entretanto, após ler e reler, não encontro na exordial a descrição específica da conduta do paciente, primeiro elemento do fato crime.*

*Por outro lado, à época dos fatos o paciente exercia o cargo de Secretário de Estado da Infraestrutura e, nessa função, tinha como atribuição autorizar o pagamento das medições realizadas em todas, repito, todas as obras em andamento no Estado do Tocantins, o que, por si só, não caracteriza crime.*

*Malgrado tal constatação, vislumbro que o nome do paciente aparece apenas duas vezes na referida tabela.*

*E mais!*

*No decorrer de toda peça inicial, os nobres Promotores de Justiça mencionam o acusado em mais de uma oportunidade (página 4 da denúncia), afirmando que "o denunciado JOSÉ EDMAR BRITO MIRANDA, na qualidade de Secretário Estadual de Infraestrutura, firmou, como contratante, contrato tendo por objeto a execução de serviços de terraplanagem, pavimentação asfáltica e obras de arte especiais, a serem realizados na rodovia TO-239 no trecho compreendido entre o entroncamento da rodovia BR-153 a Tupiratins, com 44,68 KM de extensão, com a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

empresa *CONTERSA Construções Terraplanagem e Saneamento*, naquele ato representada pelo denunciado *EDUARDO MACHADO SILVA FILHO*."

Ora, é óbvio que, na qualidade de gestor da pasta, cabia ao paciente assinar as contratações para as obras de infraestrutura realizadas no Estado do Tocantins. Até aqui, não há nenhuma irregularidade ou indício de ação criminosa por parte do paciente.

De outro lado, em que pese a afirmação dos autores da denúncia de que ficou constatado o desvio no valor de R\$ 11.701.249,18, referente a serviços, em tese, não executados, não há na hipótese descrição do modo, lugar, tempo e circunstâncias em que ocorrida a infração penal. Em relação ao paciente, somente há alegações genéricas no sentido de que teria participado do suposto esquema de desvio de verbas destinadas a obras no Estado do Tocantins, em razão da função pública que ocupava.

O certo é que não foi especificado na inicial quais as circunstâncias dos supostos desvios e quem seriam os beneficiários, tampouco foi apontado, em relação ao paciente, qual o nexos de causalidade entre a sua conduta e o resultado tipificado como crime de peculato-desvio.

A propósito, o peculato desvio configura-se como a ação material em que o servidor público desvia coisa ou dinheiro público do qual tenha posse, sendo imprescindível, para punir a conduta, a existência de comportamento doloso, expressado pela vontade consciente do agente em desviar a coisa sob seu domínio, em proveito próprio ou de terceiro.

Contudo, repito que, apesar da narrativa dos fatos, o nexos causal entre a conduta do paciente e o crime a ele imputado não ficou evidenciado na denúncia, não havendo a indicação, na peça acusatória, da prática de qualquer ato paciente que tivesse contribuído com o delito.

Prudente destacar que o Ministério Público afirma ter havido divisão de tarefas entre os denunciados. Ora, se houve divisão de tarefas, caberia ao órgão da acusação indicar a conduta de cada um!

Diante de todo o exposto, firmo o meu posicionamento na linha de que o simples fato de o paciente figurar, à época, como Secretário Estadual de Infraestrutura não se mostra suficiente para determinar a instauração de ação penal em seu desfavor, porquanto não demonstrado o liame subjetivo entre ele e as condutas descritas na denúncia.

[...]

Necessário seria que estivesse descrito na denúncia, ainda que sucintamente, se a atuação do paciente, como gestor da pasta, contribuiu para a prática do crime. Na minha concepção, portanto, respeitando o entendimento em sentido contrário, a denúncia foi genérica nesse aspecto, uma vez que deixa de apontar claramente a conduta por ele praticada.

Destaco, por oportuno, que é fundamental que a denúncia aponte a conduta praticada pelo agente, de forma a preservar seu direito ao contraditório e à ampla defesa, pois se o acusado desconhece a exata medida das acusações a ele imputadas, por certo, restrita estará sua defesa" (fls. 125-131).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Como se sabe, a alegação de inépcia da denúncia deve ser analisada de acordo com o que dispõe os arts. 41 do CPP e 5º LV da CF/88.

De fato, a peça acusatória deve conter a **exposição do fato delituoso em toda a sua essência e com todas as suas circunstâncias**. Essa narração impõe-se ao acusador como exigência derivada do postulado constitucional que assegura ao réu o pleno exercício do direito de defesa. Denúncias que não descrevem os fatos na sua devida conformação, não se coadunam com os postulados básicos do Estado de Direito e violam o princípio da dignidade da pessoa humana (**HC n. 86.000/PE, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJU de 2/2/2007**).

A inépcia da denúncia caracteriza situação configuradora de desrespeito estatal ao postulado do devido processo legal. É que a imputação penal contida na peça acusatória não pode ser o resultado da vontade pessoal e arbitrária do órgão acusador. Este, para validamente formular a denúncia, deve ter por suporte necessário uma base empírica idônea, a fim de que a acusação penal não se converta em expressão ilegítima da vontade arbitrária do Estado.

Assim, incumbe ao Ministério Público apresentar denúncia que veicule, de modo claro e objetivo, com todos os elementos estruturais, essenciais e circunstâncias que lhe são inerentes, a descrição do fato delituoso, em ordem a viabilizar o exercício legítimo da ação penal e a ensejar, a partir da estrita observância dos pressupostos estipulados no art. 41 do CPP, a possibilidade de efetiva atuação, em favor daquele que é acusado, da cláusula constitucional da plenitude de defesa.

Transcrevo, por isso, no ponto pertinente à questão, os seguintes trechos da r. inicial acusatória oferecida pelo Ministério Público do Estado do Tocantins (fls. 23-38, e-STJ):

*"Consta dos documentos que instruem o presente que, no dia 25 de julho de 2.007, em horário indeterminado, na cidade de Palmas - TO, o denunciado JOSÉ EDMAR BRITO MIRANDA, na qualidade de Secretário Estadual da Infraestrutura, firmou, como contratante, contrato tendo por objeto a Execução de Serviços de Terraplieragem, pavimentação asfáltica e obras de artes especiais, a serem realizados na rodovia TO-239, no trecho compreendido entre o entroncamento da rodovia BR-153 a Tupiratins, com 44,68 (quarenta e quatro quilômetros e sessenta e oito metros de extensão, com a empresa CONTERSA*

# *Superior Tribunal de Justiça*

**Construções Terraplanagem e Saneamento**, naquele ato representada pelo denunciado **EDUARDO MACHADO SILVA FILHO**.

Segundo consta, o contrato n.º 125/07 fora precedido do procedimento licitatório, na modalidade de concorrência n.º 005/2006, constante do processo administrativo n.º 2005/3845/000.891, sendo que os serviços contratados deveriam ter sido concluídos e entregues no prazo de 1.080 (um mil e oitenta) dias, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.

Verifica-se da documentação acostada aos autos que o denunciado **MANOEL JOSÉ PEREIRA**, como superintendente de Construção, assinou a ordem de serviço referente a aludido contrato, o que fora feito em 1º de agosto de 2.007.

Por meio daquele instrumento restou estabelecido que a fiscalização dos serviços ficaria a cargo do DERTINS - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins, a época chefiado pelo denunciado **MANOEL JOSÉ PEDREIRA**, bem como que as medições seriam mensais, executadas na presença do técnico designado pelo DERTINS, sendo que os pagamentos pelos serviços contratados e efetivamente executados competiria ao contratante e deveria ser feito após as medições.

Foi dado ao contrato o valor total de R\$ 25.618.264,03 (vinte e cinco milhões seiscentos e dezoito mil duzentos e sessenta e quatro reais e três centavos). Os recursos financeiros para a execução dos serviços eram provenientes do Tesouro do Estado do Tocantins (fonte 00).

Em 23 de dezembro de 2.009, o denunciado **LÚCIO HENRIQUE GIOLO GUIMARÃES**, na qualidade de subsecretário da infraestrutura do Estado do Tocantins, representando o DERTINS - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins, firmou o termo aditivo do contrato com a finalidade de readequar as planilhas originais, sem reflexos financeiros, com o denunciado **EDUARDO MACHADO SILVA FILHO**, procurador da empresa **CONTERSA**, mantendo as demais cláusulas do contrato inicial.

A readequação da planilha de serviços referente ao contrato em comento somente fora possível após manifestação favorável do denunciado **EDUARDINO EDVAN LOPES DE SOUSA**, que, como engenheiro fiscal, fundamentou a necessidade de alteração por ter ocorrido aumento do volume de terraplanagem ocasionado pela mudança do greide e traçado da estrada, e a inclusão de revestimento primário, supostamente justificada pelo caminho de serviço serem obrigados a um revestimento com cascalho para dar tráfego aos usuários da Rodovia, pois ao longo de todo o trecho, o material é areia; por ser necessário usar cascalho para proteção dos taludes dos aterros e por ter ocorrido alteração dos quantitativos de Pavimentação, Drenagem, obras de arte correntes, obras complementares obras de arte especiais e Serviços Diversos, devido a revisão dos projetos.

Por seu turno, a manifestação do denunciado **EDUARDINO EDVAN LOPES DE SOUSA** fundou-se em informações prestadas pelo denunciado **EDUARDO MACHADO SILVA FILHO**, como representante legal da **CONTERSA**.

Cumpre destacar que os relatórios referentes às medições das parcelas das obras, realizadas pela Secretaria da Infraestrutura, que possibilitaram os

# *Superior Tribunal de Justiça*

*pagamentos indevidos, em quantias superiores aos serviços efetivamente executados, foram conferidos e assinados pelos denunciados JOSÉ PEREIRA DA SILVA NETO, CLÁUDIO MANOEL BARRETO, ambos coordenadores de medição e controle, ADELMO VENDRAMINI CAMPOS, Diretor de Acompanhamento de Obras e Serviços, RICARDO DE SOUZA FAVA, Superintendente Técnico do DERTINS, NÍCIA ALVES GOLÇALVES DE PAULA, Engenheira Civil, MIZAEI CAVALCANTE FILHO, Superintendente de Construção e Fiscalização Rodoviária, EDUARDINO EDVAN LOPES DE SOUSA, Fiscal de Terraplanagem e Pavimentação, Julivan Vieira Noieto, Coordenador de Medição e Controle.*

*Os valores referentes às parcelas e seus respectivos ajustamentos foram reconhecidos como saldo a pagar referente a cada uma das parcelas pelos denunciados RICARDO DE SOUZA FAVA, IZACARIAS MAIA LEITE, Vice-presidente do DERTINS, à época, SÉRGIO LEÃO, Subsecretário da Infraestrutura à época, MANOEL JOSÉ PEDREIRA, MIZAEI CAVALCANTE FILHO e JOSÉ EDMAR BRITO MIRANDA, Secretário da Infraestrutura à época, conforme relatórios de aprovação juntados aos autos. [...]*

*O denunciado Lúcio Henrique Giolo Guimarães, na qualidade de subsecretário da infraestrutura, autorizou o pagamento de R\$ 1.432.495,11, referentes à 12ª medição parcial do contrato e respectivo ajustamento, no valor de R\$ 80.970,40.*

*Por meio de inspeção realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, no período compreendido entre 21 de março de 2.006 e 19 de abril de 2.010, com o intuito de verificar a conformidade dos atos de gestão com as normas legais e regulamentares pertinentes, a fim de constatar a possível ocorrência de dano ao erário, foram constatadas diversas irregularidades, dentre elas, as planilhas orçamentárias de medição do serviço de terraplanagem em desacordo com o executado, o que culminou com o pagamento de R\$ 11.010.624,12 (onze milhões dezesseis mil seiscentos e vinte e quatro reais e doze centavos), referentes a serviços não executados, tratando-se, portanto, de pagamento indevido.*

*Segundo apurado, alguns itens foram medidos em quantidade superiores à executada. Apurou-se que os serviços efetivamente realizados, verificados in loco pela comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins foi no valor de R\$ 4.865.324,11 (quatro milhões oitocentos e sessenta e cinco mil trezentos e vinte e quatro reais e onze centavos), enquanto o valor constante das medições aprovadas pelos denunciados foi de R\$ 15.881.948,12 (quinze milhões oitocentos e oitenta e um mil novecentos e quarenta e oito reais e doze centavos), de modo que a diferença é de R\$ 11.010.624,12 (onze milhões dez mil seiscentos e vinte e quatro reais e doze centavos), sendo que por meio de pesquisa junto ao SIAFEM constatou-se que foram efetivamente pagos R\$ 16.566.573,29 (dezesseis milhões quinhentos e sessenta e seis mil quinhentos e setenta e três reais e vinte e nove centavos), ou seja, o dano atinge a importância de R\$ 11.701.249,18 (onze milhões setecentos e um mil duzentos e quarenta e nove reais e dezoito centavos).*

*Conforme consta da análise de diligência nº 67/2011, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, os denunciados, em concurso de agentes, caracterizado pela unidade de desígnios e divisão de tarefas, visando objetivo*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*comum, desviaram, em proveito próprio ou alheio, dinheiro público, no montante de R\$ 13.638.532,82 (treze milhões seiscentos e trinta e oito mil quinhentos e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos), causando prejuízo ao Erário.*

*Segundo verificado, o valor do dano refere-se aos valores dos seguintes itens de planilha referente à 16ª medição parcial e 16ª medição de reajustamento realizada no período de 1º a 31 de agosto de 2.010:*

*02.03.001 Esc. e Carga Mat. Jazida R\$ 50.586,39  
02.04.001 Transp. Mat. Jazida Rodovia RP R\$ 109.808,71  
02.05.002 Estabilização Granulométrica R\$ 73.878,19  
02.06.000 Capa Asfáltica R\$ 298.904,04  
02.07.000 Transporte Local R\$ 9.503,61  
02.08.000 Transporte Comercial R\$ 20.722,34  
02.09.000 Transporte de Brita R\$ 104.175,90  
02.10.000 Fornecimento de Mat. Betuminoso R\$ 801.027,76  
TOTAL R\$ 1.468.606,94*

*Além desse montante, verificou-se o pagamento irregular feito pelo contratante à contratada no valor de R\$ 468.676,70 (quatrocentos e sessenta e oito mil seiscentos e setenta e seis reais e setenta centavos), referente a revestimento primário, inserido na 16ª medição, o qual não poderia ter sido medido, posto que não era objeto de medição.*

*Ainda, verificou-se o desvio de R\$ 11.701.249,18 (onze milhões setecentos e um mil duzentos e quarenta e nove reais e dezoito centavos), referente ao pagamento indevido de terraplanagem.*

*Cumpre destacar que os pagamentos somente foram realizados por meio da atuação de todos os denunciados, em conluio, seja na fase de medição da obra, seja na aprovação do pagamento ou na autorização do mesmo.*

*Restou evidenciado que, em que pese tenham sido realizadas por técnicos e aprovadas por seus superiores, as medições foram forjadas, uma vez que o serviço medido não fora devidamente realizado, conforme constatado posteriormente por meio de inspeção realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.*

*Por sua vez, os responsáveis pela empresa CONTERSA colaboraram como esquema de desvio de dinheiro público, ao receberem ou forjarem o recebimento das importâncias já referidas, causando dano considerável ao erário, uma vez que os serviços recebidos não foram executados em sua totalidade, o que, por óbvio era do conhecimento dos representantes da contratada.*

*Assim agindo, incorreram os denunciados no art. 312, caput, c.c. art. 29, ambos do Código Penal" (grifei).*

Ora, no caso, percebe-se que a exordial acusatória apresenta uma narrativa congruente dos fatos (**HC n. 88.359/RJ, Segunda Turma, Rel. Min. Cezar Peluso, DJU de 9/3/2007**), de modo a permitir o pleno exercício da ampla defesa (**HC n. 88.310/PA, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJU de 6/11/2006**),

# *Superior Tribunal de Justiça*

descrevendo conduta que, ao menos em tese, configura crime (**HC** n. 86.622/SP, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Ricardo Lewandowski**, DJU de 22/9/2006).

Ao contrário do que restou registrado no v. acórdão recorrido, a denúncia expõe o nexo de causalidade entre a conduta do acusado e o resultado tipificado como **peculato-desvio**, na medida em que indica que o recorrido, na qualidade de Secretário Estadual de Infraestrutura do Estado do Tocantins, reconheceu como saldo a pagar valores correspondentes a serviços não prestados à Administração Pública, contribuindo, assim, para esquema de desvio de dinheiro público.

Além disso, havendo descrição da conduta que possibilita a compreensão dos fatos e a adequação típica, não há falar em inépcia da denúncia por falta de individualização da conduta. Com efeito, a circunstância, por si só, de o Ministério Público ter imputado a mesma conduta aos demais denunciados não torna a denúncia genérica. Isso porque **é geral, e não genérica**, a exordial que atribui a mesma conduta a todos os denunciados, como no caso, em que houve a indicação de qual autoridade foi responsável por cada conferência e aprovação de medição e pagamento.

Assim, no caso em apreço, verifica-se que a inicial contém a individualização da conduta dos denunciados, a descrição dos fatos delituosos, a classificação dos crimes e o rol de testemunhas, de modo que encontra-se de acordo com os requisitos exigidos no art. 41 do CPP.

Nesse sentido:

*"PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PECULATO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DELITIVOS. ILEGALIDADE NÃO CONFIGURADA. ARQUIVAMENTO IMPLÍCITO. NÃO CABIMENTO. ADITAMENTO. DENÚNCIA. POSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.*

*1. Não padece de inépcia a denúncia que descreve os fatos tidos por criminosos, possibilitando identificar os elementos probatórios mínimos para a caracterização do delito e o pleno exercício das garantias constitucionais do contraditório e ampla defesa, em conformidade com o art. 41, CPP.*

*2. Na hipótese, há a descrição da conduta típica, apontando que o recorrente, valendo-se da função pública que exerce, desviou o uso de viaturas da Polícia Civil para realizar serviços de segurança privada na zona rural da Cidade de Itapeva no período*



# *Superior Tribunal de Justiça*

entre 2009 e 2010.

3. Nos termos dos precedentes desta Corte não se admite o arquivamento implícito de ação penal pública no ordenamento jurídico brasileiro.

4. É cabível o aditamento da denúncia a qualquer tempo, desde que antes de prolatada a sentença e possibilitado ao réu o exercício do contraditório e da ampla defesa.

5. Recurso em habeas corpus improvido" (RHC 48.710/SP, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**, DJe 16/05/2016).

**"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PÉCULATO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. JUSTA CAUSA. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. ABSOLVIÇÃO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. REFLEXO NA ESFERA PENAL. INDEPENDÊNCIA.**

1. Esta Corte superior firmou o entendimento de que o trancamento de ação penal ou de inquérito policial em sede de habeas corpus constitui medida excepcional, só admitida quando provada, sem necessidade de dilação probatória, a atipicidade do fato, a ausência de indícios de autoria capazes de sustentar a acusação ou, ainda, a existência de causa de extinção da punibilidade, o que não ocorre na hipótese dos autos.

2. O exame da alegada ausência de justa causa para a instauração da ação penal demanda incursão no acervo fático-probatório, o que é inviável na via estreita do habeas corpus.

3. Não é inepta a denúncia que, atentando aos ditames do art. 41 do CPP, qualifica os acusados, descreve o fato criminoso e suas circunstâncias.

4. O Superior Tribunal de Justiça firmou a compreensão de que as esferas cível, administrativa e penal são independentes, com exceção dos casos de absolvição, no processo criminal, por afirmada inexistência do fato ou inocorrência de autoria. Daí porque não se sustenta a tese de que eventual absolvição ocorrida em sede de processo administrativo comunica-se à ação penal decorrente do mesmo fato.

5. Não há ilegalidade em condenação lastreada em provas inicialmente produzidas na esfera administrativa e, depois, reexaminadas na instrução criminal, com observância do contraditório e da ampla defesa.

6. Recurso ordinário desprovido" (RHC 61.021/DF, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Gurgel de Faria**, DJe 05/02/2016)

**"PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. DISPENSA IRREGULAR DE**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*LICITAÇÃO. FRAUDE À LICITAÇÃO. FORMAÇÃO DE QUADRILHA. FALSIDADE IDEOLÓGICA. PECULATO. LAVAGEM DE DINHEIRO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.*

*I - O recorrente foi denunciado pela suposta prática das condutas tipificadas nos arts. 89 e 90, da Lei n. 8.666/93; 288, 299 e 312, do Código Penal; e 1º, inciso V, da Lei n. 9.613/98, em razão da celebração de contratos supostamente irregulares com o Município de Marabá/PA.*

*II - A jurisprudência do excelso Supremo Tribunal Federal, bem como desta eg. Corte, há muito já se firmaram no sentido de que o trancamento da ação penal por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito.*

*III - No caso, não se vislumbra a possibilidade de trancamento da ação penal, haja vista que há indícios de que o recorrente seja um dos autores das condutas que lhe são imputadas, bem como há provas da materialidade dessas condutas, notadamente as que evidenciam que os serviços contratados não foram prestados, bem como as que dão conta da montagem de um esquema criminoso, que envolveu servidores públicos, com o intuito de causar prejuízo ao erário do Município de Marabá/PA, o qual atingiu o montante de, aproximadamente, R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Em igual sede, não se verificam causas de extinção da punibilidade, tampouco elementos que evidenciem sejam as condutas imputadas ao recorrente atípicas.*

*IV - Não subsistem os argumentos relativos à inépcia da inicial acusatória, uma vez que a exordial pormenoriza as condutas fáticas que caracterizam os crimes que imputa ao recorrente, propiciando o exercício do direito à ampla defesa.*

*Recurso Ordinário desprovido" (RHC 47.489/PA, Quinta Turma, de minha relatoria, DJe 02/02/2015).*

Ademais, conforme entendimento desta eg. Corte Superior, não é imprescindível na denúncia a individualização da conduta de forma pormenorizada, nos casos de coautoria, como ocorre, **in casu**.

A propósito:

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO MEDIANTE A INOBSERVÂNCIA DAS FORMALIDADES PERTINENTES, FRUSTRAÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, PECULATO E QUADRILHA. INÉPCIA PARCIAL DA DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO DA ESTABILIDADE E PERMANÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO ENTRE OS ACUSADOS PARA A PRÁTICA DE CRIMES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.*

*1. O devido processo legal constitucionalmente garantido deve ser iniciado com a formulação de uma acusação que permita ao acusado o exercício do seu direito de defesa, para que eventual cerceamento não macule a prestação jurisdicional reclamada.*

*2. No caso dos autos, constata-se que o Ministério Público narrou suficientemente a suposta prática dos crimes de peculato e os previstos na Lei de Licitações pelo recorrente, sendo certo que nos chamados crimes de autoria coletiva, embora a vestibular acusatória não possa ser de todo genérica, é válida quando, apesar de não descrever minuciosamente as atuações individuais dos acusados, demonstra um liame entre o seu agir e a suposta prática delituosa, estabelecendo a plausibilidade da imputação e possibilitando o exercício da ampla defesa. Precedentes.*

*3. Por outro lado, não havendo na incoativa a descrição da estabilidade e a permanência dos agentes para a prática de crimes, tendo o órgão acusatório se limitado a imputar-lhes o cometimento do delito previsto no artigo 288 do Código Penal, imperioso o reconhecimento da sua inaptidão para o desenvolvimento válido da ação penal, no ponto. Precedentes.*

*4. Tendo em vista que os corréus Iraneide Alves Beserra, Alan Simões de Albuquerque, Marco Antônio Marques, Sebastião Stênio Pinho, Geovani Ribeiro e Geraldinho Gonçalves se encontram na mesma situação processual do recorrente, os efeitos desta decisão devem lhe ser estendidos, nos termos do artigo 580 do Código de Processo Penal.*

*[...]*

*3. Recurso parcialmente provido apenas para declarar a inépcia da denúncia quanto ao crime de quadrilha, estendendo-se os efeitos desta decisão aos corréus Iraneide Alves Beserra, Alan Simões de Albuquerque, Marco Antônio Marques, Sebastião Stênio Pinho, Geovani Ribeiro e Geraldinho Gonçalves" (RHC 60.239/DF, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Leopoldo de Arruda Raposo** (Desembargador convocado do TJ/PE), julgado em 17/09/2015, DJe 05/11/2015).*

*"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PECULATO, FALSIDADE IDEOLÓGICA E QUADRILHA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. RESPONSABILIZAÇÃO PENAL OBJETIVA. PEÇA*

# *Superior Tribunal de Justiça*

**INAUGURAL QUE ATENDE AOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS E DESCREVE CRIME EM TESE. AMPLA DEFESA GARANTIDA. INÉPCIA NÃO EVIDENCIADA.**

1. Não pode ser acoimada de inepta a denúncia formulada em obediência aos requisitos traçados no artigo 41 do Código de Processo Penal, descrevendo perfeitamente as condutas típicas, cuja autoria é atribuída ao paciente devidamente qualificado, circunstâncias que permitem o exercício da ampla defesa no seio da persecução penal, na qual se observará o devido processo legal.

2. Nos chamados crimes de autoria coletiva, embora a vestibular acusatória não possa ser de todo genérica, é válida quando, apesar de não descrever minuciosamente as atuações individuais dos acusados, demonstra um liame entre o agir do paciente e a suposta prática delituosa, estabelecendo a plausibilidade da imputação e possibilitando o exercício da ampla defesa, caso em que se entende preenchidos os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal.

*Precedentes.*

[..]

2. Recurso improvido" (RHC 56.495/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe 28/05/2015)

Diante do exposto, **dou provimento** ao recurso especial para afastar a inépcia da denúncia reconhecida na origem e determinar o prosseguimento da ação penal em relação ao recorrido.

P. e I.

Brasília (DF), 16 de junho de 2016.

Ministro Felix Fischer

Ministro